A GREVE INTERNACIONAL DE MULHERES DE 2017: ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICO-POLÍTICOS

Lucimara dos Reis Pinheiro[1]

Maria Lúcia Duriguetto [2]

RESUMO

o presente artigo objetiva evidenciar elementos do processo de construção da greve internacional de mulheres de 2017, evidenciando as determinações sócio-históricas que o ensejaram bem como as construções teórico-políticas que informaram seu desenvolvimento. A GIM se constituiu em uma importante demonstração da vitalidade de um feminismo materialista marxista que imputa às lutas feministas uma perspectiva classista e anticapitalista.

Palavras-chave: Feminismo; Greve Internacional de Mulheres. anticapitalismo.

ABSTRACT

This article aims to highlight elements of the process of construction of the 2017 international women's strike, highlighting the socio-historical determinations that gave it as well as the theoretical-political constructions that informed its development. The GIM was an important demonstration of the vitality of a Marxist materialist feminism that imputes to feminist struggles a classist and anti-capitalist perspective.

Keywords: Feminism; International Women's Strike; anticapitalism

1 INTRODUÇÃO

Os mecanismos que normalizam a exploração do trabalho, a propriedade privada dos meios de produção e as opressões que lubrificam essa máquina que transforma os seres humanos em mercadorias lucrativas, enredam os seres sociais em uma teia cuja libertação se encontra no desvendar desses mecanismos e no seu desmonte. Dentre as muitas ações necessárias, ressaltamos, as que oferecerem recusa e combate às linhas divisórias intraclasse. Compondo de forma significativa e

[1] Graduação em História e Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. lureisp@hotmail.com

[2] Doutora em Serviço Social; Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. maluduriguetto@gmail.com

significante esse espaço, estão as relações mediadas pelo gênero e pela raça/etnia. Superar as exclusões impostas por tais relações é tarefa de elevação de consciência do conjunto da classe trabalhadora e de sua recorrente tematização pela teoria social crítica voltada para supressão da sociedade de classes. Neste trabalho, buscamos visibilizar a formação da classe trabalhadora numa perspectiva que abarque as mulheres, não apenas contingencialmente, mas buscando entender que as relações de dominação de gênero agem enquanto componentes fundantes da conformação da classe e de seus processos de exploração. Nos parece evidente, a partir da percepção de que a classe não é homogênea, que a composição étnico/racial é outra determinação estruturante para o entendimento do que aqui nos ocupamos. Constatada a diversidade que a formação da classe comporta, partimos da compreensão das opressões vivenciadas pelas mulheres como componentes necessários da dinâmica da luta de classes. Sua percepção de sujeito explorado em um duplo processo de alienação que, ao mesmo tempo as aliena do trabalho realizado e da sua própria condição de trabalhadoras pertencentes a esta mesma classe, e, portanto, com direitos em luta em níveis diferenciados dentro do conjunto da classe, como elucida Saffioti (2019). É este entendimento da dupla exploração e opressão que leva à construção de formas organizativas exclusivas de mulheres com vistas a ganhos de ascensão enquanto sujeito histórico e político pertencente à classe; elevação de consciência de sua posição no sistema capitalista; ganhos qualitativos de direitos e, por consequência, um entendimento ampliado do sistema de dominação a que são submetidas. É necessário que essas movimentações sejam percebidas e investigadas sob uma perspectiva teórica que compreenda a práxis numa dimensão de totalidade, que ultrapasse os recortes que identificam as opressões como um dado em si mesmas, com historicidade própria alheia aos processos históricos mais amplos, os quais têm na exploração da força de trabalho suas determinações centrais. Partindo dessa compreensão, buscamos apontar por meio do advento da GIM/2017, que parcela do movimento feminista contemporâneo tem efetuado ações de auto-organização do conjunto das mulheres da classe trabalhadora numa perspectiva de combate ao sistema capitalista.

2- ELEMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA CONSTRUÇÃO DA GREVE INTERNACIONAL DE MULHERES

O século XXI tem demonstrado uma força renovada na ação de parcela do movimento feminista, em particular nas organizações, movimentos e coletivos cujas militantes apreendem os processos sócio-históricos sob o crivo teórico-analítico crítico-materialista. É neste campo de pensamento e de ação que analisaremos as "novas" construções teórico-reflexivas e de lutas implementadas pelo feminismo, como a GIM ocorrida em 2017. Demarca este construto teórico e de ação, a vinculação do movimento feminista ao processo geral da luta emancipatória, em que um dos elementos centrais está na articulação e na construção de alianças com as demais frações e segmentos da classe trabalhadora. Assim, apreendemos a construção da greve como ponto de partida do que consideramos ser mais um marco da ação organizada das mulheres sob o crivo do pensamento feminista materialista no campo da movimentação da luta de classes em âmbito mundial.

As mudanças no padrão de acumulação - passagem do modelo fordista para o da acumulação flexível (e a acentuação crônica do rentismo financeiro) a partir dos anos de 1970, bases edificantes da formulação das políticas de ajustes neoliberais como um novo *ethos* político-econômico adensaram os condicionantes estruturais da crise do capitalismo, cujos efeitos mais agudos se avolumaram a partir de 2007 e implicaram no aprofundamento da reorganização das formas e meios de exploração das frações das classes dominantes sobre o conjunto da classe trabalhadora. O movimento dos ciclos de intensidade e variedade das formas e meios de exploração desenvolvidos no interior deste padrão de acumulação foram acompanhados, para além da instrumentalização aberta dos Estados nacionais na garantia da reprodução da valorização do capital, pela hipertrofia dos seus aparatos coercitivos contra as possibilidades emergentes de resistência e de contestação à esta conformação Cf Harvey (1993); Antunes (1999); Vaccant (2001).

É neste contexto de desmonte, nos países centrais, do padrão de regulação social *welfariano* e os deletérios impactos regressivos nas condições de vida e de trabalho das classes subalternas que assistimos, no ano de 2016, a agitação do movimento de mulheres em vários países, circunscrevendo suas reações e

demandas em questões relacionadas aos direitos reprodutivos, violências de gênero e aos desdobramentos políticos e econômicos da crise sobre as mulheres trabalhadoras.

Na Polônia, país que possui uma das legislações menos avançadas sobre a questão do aborto na Europa, milhares de mulheres foram às ruas contra um projeto de lei que visava restringir ainda mais os direitos de decisão das mulheres sobre seus corpos. O projeto previa a proibição do aborto, até então autorizada, em casos de má formação fetal grave. Uma paralisação das atividades junto a uma grande mobilização de mulheres marcou o recuo da apresentação do projeto de lei no parlamento polonês. Na Argentina, também neste ano, sob o lema *Ni Una Menos*, centenas de mulheres ficaram à frente da organização de grandes manifestações em várias cidades do país devido ao alto índice de feminicídios. O crime brutal cometido contra Lúcia Perez, de 16 anos que foi estuprada, drogada e empalada, levou um número ainda mais expressivo de mulheres às ruas naquele ano, assim como à paralização das atividades laborais. A repercussão midiática das mobilizações cruzou fronteiras. No trecho abaixo da reportagem do jornal espanhol *El País*, podemos observar a magnitude das mobilizações e sua ligação, na forma organizativa, com o movimento ocorrido na Polônia:

> Ante ao assassinato selvagem de Pérez, 50 organizações convocaram uma greve de uma hora e uma nova marcha na próxima quarta feira. 'A menos de uma semana do Encontro Nacional de Mulheres, um novo feminicídio brutal mostra a violência e o terrorismo machista, contra a impunidade, contra o acobertamento, contra a inação e a cumplicidade estatal e policial', diz um dos textos que convocaram a marcha. Assim como na Polônia em 4 de outubro passado, a orientação é se vestir de preto para tornar mais visível a violência contra as mulheres[3].

Numa demonstração da abrangência da movimentação feminista e de sua ação política, no continente americano, diante da eleição do representante da direita conservadora, Donald Trump à presidência em 2016, as mulheres declararam que não aceitariam as posturas sexistas, xenófobas, racistas e conservadoras por ele defendidas. No dia seguinte a sua posse, em janeiro de 2017, ocuparam as ruas de

[3]Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/17/internacional/1476717704_725902.html>. Acesso em dezembro de 2019.

várias cidades, com o apoio de setores da mídia, intelectuais e artistas, com o objetivo de demarcar posição contrária à ascensão do conservadorismo e da política ultraliberal representada por Trump. Dentre as oradoras da marcha em Washington, Angela Davis politiza, num sentido mais amplo, aquela movimentação.

> Em um momento histórico desafiador, vamos nos lembrar que nós somos centenas de milhares, milhões de mulheres, transgêneros, homens e jovens que estão aqui na Marcha das Mulheres. Nós representamos forças poderosas de mudança que estão determinadas a impedir as culturas moribundas do racismo e do hétero-patriarcado de levantar-se novamente. Nós reconhecemos que somos agentes coletivos da história e que a história não pode ser apagada como páginas da Internet. Sabemos que esta tarde nos reunimos em terras indígenas e seguimos a liderança dos povos originários que, apesar da massiva violência genocida, nunca renunciaram a luta pela terra, pela água, pela cultura e pelo seu povo. Nós saudamos hoje, especialmente, o Standing Rock Sioux. A luta por liberdade dos negros, que moldaram a natureza deste país, não pode ser apagada com a varredela de uma mão. Nós não podemos esquecer que vidas negras importam. Este é um país ancorado na escravidão e no colonialismo, o que significa, para o bem ou para o mal, a real história de imigração e escravização. Espalhar a xenofobia, lançar acusações de assassinato e estupro e construir um muro não apagarão a história. Nenhum ser humano é ilegal! Esta é uma Marcha das Mulheres e ela representa a promessa de um feminismo contra o pernicioso poder da violência do Estado. E um feminismo inclusivo e interseccional que convoca todos nós a resistência contra o racismo, a islamofobia, ao anti-semitismo, a misoginia e a exploração capitalista[4].

A grande adesão das mulheres ao movimento tomou conta dos noticiários em torno da posse de Trump:

> [...] a Marcha das Mulheres em Washington, pareceu atrair uma multidão maior do que a que compareceu um dia antes para testemunhar o juramento de Trump nos degraus do Capitólio. [...] claramente superaram os 200 mil manifestantes projetados pelos organizadores, preenchendo longas faixas do centro de Washington ao redor da Casa Branca e do National Mall. Centenas de milhares de mulheres se aglomeraram em Nova York, Los Angeles, Chicago, Denver e Boston, somando a uma manifestação pública de dissidência em massa contra Trump incomparável na política moderna dos EUA para o primeiro dia completo de um novo presidente no cargo. Organizadoras da chamada Marcha das Irmãs

[4]Davis, A. https://blogdaboitempo.com.br. Blog da Boitempo, 23 janeiro 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/01/23/o-discurso-de-angela-davis-na-marcha-das-mulheres-contra-trump/. Acesso em 20 julho 2019.

> estimaram 750 mil manifestantes nas ruas de Los Angeles, uma das maiores [...]. A polícia afirmou que o comparecimento foi maior que a marcha pró-imigração que levou às ruas 500 mil pessoas. Cerca de 400 mil pessoas marcharam em Nova York [...] O evento de Chicago ficou tão grande que os organizadores fizeram um comício, em vez de uma parada pela cidade. A polícia afirmou que mais de 125 mil pessoas compareceram, [...], mesmo número reportado para Boston e Denver. Protestos menores ocorreram também em cidades como Seattle, Portland, Oregon, Madison, Wisconsin e Bismarck, na Dakota do Norte[5].

Protestos organizados por mulheres também ocorreram em diversas partes do globo como parte de uma grande onda de mobilizações contra a escalada da direita conservadora no mundo[6]. Nos cabe observar que, em 2016, nos três países em que a ação organizada das mulheres tomou relevância de forma a chamar a atenção do mundo, os governos centrais estavam sob direção de políticos do campo da direita conservadora. No que pese as questões de gênero[7] serem o fator imperativo das mobilizações, podemos entendê-las dentro de um vasto campo de movimentações políticas orquestradas numa reação à acentuação das formas de exploração e opressão postas neste marco de crise estrutural do capital.

No Brasil, 2016 foi o ano do golpe de Estado institucional/jurídico/midiático contra o governo da presidenta Dilma Rousseff Demier e Duriguetto (2017). As insurgências de rua ocorridas em junho de 2016 antecederam o ascenso, no executivo federal, de um programa ultraneoliberal com contornos neofascistas no país. O Vice-presidente Michel Temer, ao assumir o cargo de Dilma pós golpe, coloca em curso acelerado a agenda de austeridade tendo nas reformas trabalhista e previdênciária seus carros chefes. Não obstante o enfrentamento realizado pelos movimentos sociais, a fragilidade exposta pela desmobilização política dos movimentos organizados foi, ainda, impulsionada por uma narrativa de que a

[5]Https://br.reuters.com, 22 Janeiro 2017. Disponivel em: <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKBN1560RU>. Acesso em 20 julho 2019.
[6]https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/01/1851963-marcha-das-mulheres-reune-milhares-contra-trump-em-washington.shtml. Acesso em 20 de agosto de 2019.
[7] Por exemplo, a família "funcional" volta com força na construção de um discurso moralista como a salvadora da crise de valores da sociedade. Junto à política econômica ultraliberal, o discurso conservador aciona os papeis de gênero, historicamente construídos, para justificar a ação de combate aos direitos conquistados pelas mulheres e outras minorias políticas, como se estas estivessem a serviço da desestabilização da sociedade.

solução da crise estaria na contenção da corrupção promovida durante os governos petistas. O caminho para a polarização da sociedade abastecido pelas manifestações de junho de 2016, por sua vez, preparou o território para a ascenção de Jair Bolsonaro à presidência da república, em 2018, um dos maiores representantes da ascensão da extrema direita no mundo, Mattos (2020).

3- ELEMENTOS TEÓRICO-POLÍTICOS DA CONSTRUÇÃO DA GREVE INTERNACIONAL DE MULHERES - 2017

É neste contexto que buscamos observar as movimentações de novo fôlego organizativo que se apresentam na contemporaneidade para o enfrentamento das tarefas de construção de projetos societários em contraposição aos hegemônicos de poder. Dentre estas novas formas de enfrentamento, destacamos a ação das feministas, suas organizações e capacidade de alianças com setores das classes subalternas a partir das relações de raça e classe, entendendo a última em um amplo espectro que o próprio processo de acumulação capitalista permite alargar pelas mudanças operadas no padrão de acumulação e regulação social Cf Mattos (2019). Uma das questões centrais que evidenciam elos da luta das feministas contemporâneas com as disputas por projetos societários em meio à crise global foi a ressignificação do fenômeno da greve. Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya, Intelectuais/ativistas que estavam dentre as organizadoras internacionais da greve, nos textos de preparação da ação internacional apontam que:

> As mulheres que trabalham no mercado formal e informal e na esfera social não reprodutiva são todas trabalhadoras. Essa consideração deve ser central para qualquer discussão sobre a reconstrução de um movimento operário não só nos Estados Unidos, mas também globalmente[8].

Assim, a luta por elas conclamada não está somente circunscrita às questões mediadas pelo gênero que informam tipos e formas de discriminação. Mesmo sendo este o mote da ação, extrapolam esse sentido a partir do entendimento de que é necessária uma ação que transcenda a luta por direitos iguais entre homens e

[8]Arruzza,C.; Bhattacharya. https://vermelho.org.br. **O Vermelho**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2017/03/04/o-significado-da-greve-das-mulheres-neste-8-de-marco/. Acesso em 20 de julho de 2020.

mulheres, para a garantia real da construção de um novo projeto de sociedade. Se, por um lado, as feministas resgatam essa forma de enfrentamento ao buscar interromper o processo de produção, por outro a revigoram trazendo à cena o debate da divisão sexual do trabalho e o da reprodução social[9].

A greve proposta pelas mulheres inclui trabalhadoras formais, informais, desempregadas e, por via da paralisação das atividades, também na esfera privada, levantam a questão do uso e exploração/expropriação por parte do sistema capitalista de sua força de trabalho na esfera da reprodução da vida.

> No capitalismo, o trabalho das mulheres no mercado formal é apenas uma parte do trabalho que realizam. As mulheres são também as principais realizadoras do trabalho reprodutivo – trabalho não remunerado que é igualmente importante para a reprodução da sociedade e das relações sociais capitalistas. A greve das mulheres destina-se a tornar este trabalho não remunerado visível e enfatizar que a reprodução social é também um local de luta. Além disso, devido à divisão sexual do trabalho no mercado formal, um grande número de mulheres ocupam postos de trabalho precários, não têm direitos trabalhistas, estão desempregadas ou são trabalhadoras sem documentos[10].

A temática da reprodução social não é exatamente uma novidade nos estudos feministas, porém a ação política da GIM trouxe ao debate novas perspectivas de análise e contribuições à teoria crítica. Segundo Cisne,

> A apropriação do trabalho reprodutivo é parte integrante do modo de produção capitalista. Para compreendermos isso, é central desvelar que a exploração econômica das mulheres dentro da família é vinculada à exploração dentro do mundo do trabalho capitalista, ou seja, 'o trabalho gratuito de uma mulher é [...] contado na economia geral da exploração' (DEPHY,2009, p.38) Em outras palavras, o que Delphy denomina de 'modo de produção doméstico' é parte integrante e indispensável ao modo de produção capitalista. Esse modo de produção se apoia na exploração do trabalho doméstico da

[9]"Nas sociedades capitalistas, o papel de fundamental importância da reprodução social é encoberto e renegado. Longe de ser valorizada por si mesma, a produção de pessoas é tratada como mero meio para gerar lucro. Como o capital evita pagar por esse trabalho, na medida do possível, ao mesmo temo que trata o dinheiro como essência e finalidades supremas, ele relega quem realiza o trabalho de reprodução social a um posição de subordinação – não apenas para os proprietários do capital, mas também para os trabalhadores e trabalhadoras com maior remuneração, que podem descarregar suas responsabilidades em relação a esse trabalho sobre outras pessoas (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, pgs 52-3).

[10]https://vermelho.org.br/2017/03/04/o-significado-da-greve-das-mulheres-neste-8-de-marco/>.Acesso em julho de 2020.

> mulher, assim como na exploração da força de trabalho feminina na esfera produtiva, na qual, via de regra, recebem salários baixos e são desvalorizadas. Em síntese, podemos dizer, então, que o modo de produção capitalista encontra na exploração do trabalho da mulher, seja na esfera produtiva, seja na esfera reprodutiva (em trabalho remunerado ou não), uma das suas bases de sustentação (CISNE, 2018, p. 96).

Essa formulação demonstra a trilha seguida para a construção de fazeres de luta que englobem o conjunto das forças produtivas dentro do sistema capitalista. A GIM 2017 não se apresenta como marco inaugural de um pensamento feminista avançado e preocupado em preencher lacunas de sua própria produção teórica e, de forma mais ampla, da teoria social crítica, porém ganha magnitude ao materializar, na forma de luta concreta, os debates postos sobre as formas de enfrentamento à crise do capitalismo, seus desdobramentos e, de maneira estratégica, acúmulos organizativos e teóricos para sua superação.

Em um manifesto originalmente publicado na revista Viewpoint Magazine, em janeiro de 2017, as ativistas e intelectuais Linda Martín Alcoff, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser, Keeanga-Yamahtta Taylor, Rasmea Yousef Odeh e Ângela Davis, conclamam as mulheres norte-americanas e do mundo a fazerem parte de um movimento amplo e unitário, motivado pelas marchas contra Trump, objetivando a construção de processos de luta de horizontes anticapitalistas:

> Como primeiro passo, propomos ajudar a construir uma greve internacional contra a violência masculina e na defesa dos direitos reprodutivos no dia 8 de março. Nisto, nós nos juntamos com grupos feministas de cerca de trinta países que têm convocado tal greve. A ideia é mobilizar mulheres, incluindo mulheres trans, e todos os que as apoiam num dia internacional de luta – um dia de greves, marchas e bloqueios de estradas, pontes e praças; abstenção do trabalho doméstico, de cuidados e sexual; boicote e denúncia de políticos e empresas misóginas, greves em instituições educacionais. Essas ações visam visibilizar as necessidades e aspirações que o feminismo do "faça acontecer" ignora: as mulheres no mercado de trabalho formal, as que trabalham na esfera da reprodução social e dos cuidados e as desempregadas e precárias[11].

[11]Alcoff, L. M. et al. Blog Junho. blogjunho.com.br, 5 fevereiro 2017. Disponivel em: <http://blogjunho.com.br/alem-do-faca-acontecer-para-uma-feminismo-dos-99-e-uma-greve-internacional-militante-em-8-de-marco. Acesso em 22 julho 2019.

Percebe-se, que o entendimento da unidade das feministas passa também por perceber suas vertentes e sua dinâmica dentro da luta de classes. Há uma evidente demarcação com o campo dos identitarismos e com o feminismo liberal. Esse debate é extremamente oportuno, visto que o processo de cooptação e esvaziamento de lutas pelo viés da fragmentação ou por uma apreensão do feminismo enquanto "estilo de vida" se espalha pelo mundo. Essa foi uma das questões que, ao mesmo tempo, abriram a greve de 2017 para um amplo movimento de massas, assim como definiu, naquele ano, o tipo de condução política daquela "nova" expressão do dia 8 de março[12].

O blog da editora Boitempo fez a publicação da tradução do Manifesto das ativistas do Feminismo para os 99%. Na introdução do manifesto, Biroli (2017) tece uma aproximação do feminismo proposto no manifesto com a luta política feminista no Brasil.

> As reações aos direitos das mulheres se ampliaram ao mesmo tempo em que outros direitos são colocados em xeque de maneira brutal. No Brasil e em outras partes do mundo, direitos trabalhistas, à saúde e à segurança na velhice são desmantelados, evidenciando a face atual do neoliberalismo. Sexismo, xenofobia, racismo e transfobia estão articulados à redução das garantias de trabalhadoras e trabalhadores e ao aumento das desigualdades e da violência. Por isso intelectuais feministas chamam a todas nós para uma greve internacional no 8 de março, em que mulheres de diferentes partes do mundo estejam nas ruas contra todas essas violências. É uma chamada pelo que temos buscado por aqui também, uma reconstrução das esquerdas na qual feminismos capazes de conectar direitos reprodutivos e trabalho, sexualidade e xenofobia em uma agenda ampla, marcada pelo diálogo com diferentes grupos de mulheres, têm um papel central a cumprir[13].

---

[12]Questões relativas à reprodução social, por exemplo, que já vinham sendo debatidas por intelectuais feministas, ganharam maior visibilidade no interior e fora da academia. O próprio movimento da realidade e sua materialidade sob a vida das pessoas, que atinge com virulência as minorias políticas e os sujeitos sociais superexploráveis, "cooperou" para a impossibilidade de invizibilização da temática, bem como de sua explosão em reação de luta organizada. Nomes como os de Silvia Federici, Cinzia Arruza, Titthi Bhattacharya, Ângela Davis, Patrícia Hill Colins, rodaram o mundo em seminários e palestras afirmando a necessidade da abordagem de gênero/raça/etnia em todos os debates relativos ao enfrentamento do sistema hegemônico de poder. Da mesma forma, novas edições de livros clássicos, traduções para outras línguas e novas produções fizeram parte desse processo de práxis política feminista.

[13]Disponivel em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/25/feminismo-esquerda-e-futuros-possiveis/>. Acesso em agosto de 2020.

Para além do ativismo prático, da visibilidade das questões relacionadas ao gênero, das manifestações propositivas a respeito das realidades locais, nacionais e mundiais, o chamamento à greve significou, também, uma maior abertura ao debate sobre o desenvolvimento das teorias críticas da realidade social, situadas no campo progressista/esquerda, a respeito da necessidade da inclusão de perspectivas de gênero e raça/etnia para o alcance da emancipação humana. No fragmento de Biroli vimos, ainda, um chamado à uma ampla aliança que, sem desconhecer visões e perspectivas diferenciadas de enfrentamento às opressões expressas na vida dos sujeitos sociais, aposta na construção da unidade no campo da esquerda para o enfrentamento dos retrocessos postos às mulheres e aos seus direitos na realidade nacional[14]. Portanto, o movimento feminista, resgatado pela GIM, é o inserido na tradição das lutas de caráter anticapitalista e que amplia seu projeto político internacionalista para uma transformação radical da sociedade.

Ainda que alguns atores sociais ligados ao pensamento liberal tenham, de início, se incorporado ao movimento da Greve em 2017, o que pode ser atestado por apoio de artistas, empresárias e jornalistas sem histórico de ação no campo político da esquerda e, claramente defensoras de valores liberais (não conservadoras) e de um certo voluntarismo político de veículos de comunicação em abraçar a novidade da GIM, o fizeram em apenas um aspecto de suas aspirações, qual seja, a igualdade política e de ganhos monetários entre homens e mulheres. O que observamos, contudo, no decorrer da ação foi a condução política da greve e

[14]A intelectual e ativista italiana, Silvia Federici esteve no Brasil em 2019 para o lançamento de seus livros "O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista" e "Mulheres e caça às bruxas" e, em uma visita à Espanha, também para divulgação dos livros, concede uma entrevista para o Jornal El Pais em que traz afirmações importantes para este momento da luta feminista por meio da GIM. Quando perguntada sobre a luta anticapitalista e o feminismo, afirmou: "O feminismo não é uma escada para que a mulher melhore sua posição, que entre em Wall Street, não é um caminho para que encontre um lugar melhor dentro do capitalismo. Sou completamente contrária a esta ideia. O capitalismo cria continuamente hierarquias, formas diferentes de escravização e desigualdades. Então, não se pode pensar que sobre esta base se possa melhorar a vida da maioria das mulheres, nem dos homens. O feminismo não é somente melhorar a situação das mulheres, é criar um mundo sem desigualdade, sem a exploração do trabalho humano que, no caso das mulheres, se transforma numa dupla exploração". Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/20/cultura/1553071085_109576.html. Acesso em 6 de dezembro de 2020. Cf também Federici (2019).

manifestações de rua por organizações e mulheres aliadas às causas progressistas e com identificação no campo político de esquerda, ainda que sem filiação partidária[15] ou mesmo experiência organizativa. O que propiciou que a luta antirracista, antissistema e de classe submergisse frente ao adesismo. Nos parece, portanto, que um movimento internacional massivo e ancorado teórica e politicamente na transformação social e na luta anticapitalista trouxe consigo um grande respiro para a construção do sujeito coletivo mulher, compreendendo sua diversidade, porém focando no projeto político emancipatório, sem o qual não há eficácia real na luta das mulheres e, por consequência, para as lutas gerais de libertação da classe trabalhadora.

O que pudemos observar da construção da GIM de 2017, foi que tal movimentação trouxe ganhos organizativos contínuos, com o desenvolvimento em anos subsequentes da greve nos 8 de março, como também de frentes, fóruns amplos de coletivos, organizações partidárias, sindicais entre outras[16] para o debate

[15]Isto não significa que as mulheres não tenham levado a pauta da greve para o interior das organizações partidárias. O debate sobre a auto-organização de mulheres no interior dos partidos e organizações da classe trabalhadora é antigo e esbarra em incompreensões que trazem dificuldades na inserção de forma massiva das mulheres nas lutas organizadas da classe, o que representa, dentro da análise aqui desenvolvida, um erro estratégico na construção da luta pela emancipação humana: “As mulheres que trabalham no mercado formal e informal e na esfera social não reprodutiva são todas trabalhadoras. Essa consideração deve ser central para qualquer discussão sobre a reconstrução de um movimento operário não só nos Estados Unidos, mas também globalmente. Enfatizar a unidade entre o local de trabalho e o lar é fundamental, e um princípio organizador central para a greve de 8 de março. Uma política que leve a sério o trabalho das mulheres deve incluir não só as greves no local de trabalho, mas também as greves do trabalho reprodutivo social não remunerado, as greves de tempo parcial, os chamados para redução do tempo de trabalho e outras formas de protesto que reconhecem a natureza de gênero das relações sociais. A “greve” tornou-se o termo genérico sob o qual várias formas de ação são incluídas, porque é o termo que melhor enfatiza a centralidade do trabalho das mulheres e sua auto identificação como trabalhadores, qualquer que seja a forma de seu trabalho. ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. ttp://blogjunho.com.br/o-significado-de-uma-greve-de-mulheres/. blogjunho.com.br, 3 março 2017. Disponivel em: <http://blogjunho.com.br/o-significado-de-uma-greve-de-mulheres/>. Acesso em 22 julho 2019.

[16]É importante salientar que não vigorou ou vigora posturas que desacreditam nas organizações tradicionais da classe. Ao contrário, cada vez mais o chamamento da GIM e da construção dos seus fóruns e frentes buscam tais organizações para engrossarem a efetividade e alcance de suas ações, bem como entende que estes são espaços privilegiados de disputa contra hegemônica das manifestações ideológicas representadas nas mediações desiguais e de dominação de gênero, raça/etnia e, assim, contribuir para corrigir distorções e contradições que o movimento de esquerda carrega ao não incluir de forma qualitativa o debate sobre as relações de dominação mediadas por gênero e raça/etnia às pautas das categorias ou às pautas gerais da política. Outra polêmica que a GIM traz ao debate de mobilização da classe é a utilização da nomenclatura “greve”. Não seria mais

da luta antissistema comprometida com a luta do conjunto heterogêneo das mulheres, o que indica um avanço do próprio movimento feminista.

4- CONCLUSÃO

Podemos inferir que a conexão da base teórica que se traduziu na ação política da GIM está, em grande parte, ancorada na teoria da reprodução social. Associando essa conexão ao desmonte do Estado de Bem Estar Social em alguns países centrais, podemos entender que a base material que possibilitou a ação internacionalista das mulheres foi a mudança no padrão de regulação social e, por consequência, na mediação à própria reprodução social do sistema. No Brasil, país que não foi edificado um regime de regulação social welfariano, o que assistimos não é somente a perda de direitos, mas todo um pacote agressivo e regressivo que se agudiza no pós golpe de 2016.

A compreensão da realização da coisificação violenta de suas existências fomentou e induziu ao desenvolvimento do processo histórico de luta das mulheres, aqui destacado a GIM 2017, que se ergueu como acúmulo de um longo processo de exploração e resposta à atual crise estrutural do capitalismo, com força e visibilidade planetária. Não apenas visibilizou as questões advindas na divisão sexual do trabalho na sua concretude no trabalho formal, mas as formas de trabalho ocultas na esfera da reprodução, que refletem essa divisão, porém as “brindam” com o requinte da expropriação do trabalho naturalizada pela sociedade patriarcal capitalista. É esta a grande reflexão trazida por essa estratégia de luta, qual seja, perceber que o capitalismo age de forma diferenciada ao exercer seus mecanismos de exploração e

---

apropriado falar em manifestações, paralização etc.? Não seria uma banalização do termo? Ou mesmo desse método de luta? Concordamos com Arruzza e Bhattacharya (2017), quando reafirmam o sentido da utilização da nomenclatura greve, revestindo de sentido anticapitalista a movimentação das mulheres no 8 de março; “A greve das mulheres surge da reflexão política e teórica sobre as formas concretas do trabalho feminino nas sociedades capitalistas”. ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. http://blogjunho.com.br/o-significado-de-uma-greve-de-mulheres/. blogjunho.com.br, 3 março 2017. Disponivel em: <http://blogjunho.com.br/o-significado-de-uma-greve-de-mulheres/>. Acesso em 22 julho 2019.

que, portanto, o combate a este sistema deve se valer desse entendimento para abarcar a totalidade explorada de maneira a mobilizá-la. O chamado à GIM obteve êxito ao buscar empreender a conscientização de um conjunto de mulheres invisibilizadas enquanto trabalhadoras.

O processo de tomada de consciência para a adesão maciça a um movimento de greve requereria um grau de mobilização não alcançado de forma plena pela GIM 2017, mesmo nas edições posteriores. Porém, a deflagração do movimento não teve por objetivo parar por um dia específico apenas. Vivenciamos a construção de um movimento muito maior que reivindicava que o dia 8 de março retomasse seu lugar como dia de luta da classe trabalhadora e uma ação global de conscientização alavancado pela atual crise capitalista junto a um acúmulo teórico do debate da reprodução social no campo da teoria feminista.

A organização horizontal e coletiva da GIM, nos traz algo que também salta aos olhos que investigam o processo. Por mais que lideranças naturalmente se destaquem em processos de construção e organização de lutas, o rosto da Greve Internacional de Mulheres é coletivo. Não há a mulher ou o grupo seleto de mulheres, ou mesmo organização, que representem a greve Internacional de mulheres. Há o sujeito político mulher expresso em suas múltiplas formas de existências e vivencias cotidianas das formas de exploração e opressão do capital. Essa apreensão é o que está na frase largamente utilizada pelas mulheres do mundo no 8 de março de 2017: “a solidariedade é nossa arma”.

Por fim, o movimento feminista que leva à frente as ações da greve internacional de mulheres é anticapitalista. Não é policlassista. Se antagoniza com as perspectivas fragmentadas e particulares dos identitarismos e dos reformismos do feminismo liberal e conclama as demais movimentações organizativas que apontam a exploração e as opressões infligidas pelo capitalismo a se unirem numa luta anticapitalista. As pautas dos manifestos da GIM se abrem para a busca de pontes entre as formas de enfrentamento às opressões e exploração exercidas pelo capital em todas as frentes em que a valorização do capital, atualmente em desenvolvimento, se apresenta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2018.

DURIGUETTO, Ma. Lúcia e DEMIER, Felipe. "Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo". *Revista Argum.,* Vitória, v. 9, n.2, p. 8-19, maio./ago. 2017

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista; tradução de coletivo Sycorax – são Paulo: Elefante, 2019.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.* São Paulo, Loyola, 1993.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro – neofascismo e autocracia burguesa no Brasil.* São Paulo*:* Usina Editorial, 2020.

_____. *A classe trabalhadora: De Marx ao nosso tempo.* São Paulo. Boitempo, 2019.

SAFFIOTI, H. "Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade". In: H. B. D. H (Org). *Pensamento feminista brasileiro***:** *formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019

WACQUANT, Loic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 2001.